



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

MEIO AMBIENTE, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Solange Maria Gayoso da Costa¹

Marcel Theodoor Hazeu²

Laira Vasconcelos dos Santos³

Joyse Fernanda Pinheiro Alves⁴

Alex de Souza Maciel⁵

Paula Beatriz Rêgo Menezes⁶

Jaqueline do Nascimento Cruz⁷

Mylena dos Santos Santana⁸

Ewerton dos Santos Barros⁹

Resumo: O programa meio ambiente, povos e comunidades tradicionais promove ações de extensão universitária voltadas a defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais e sua relação com a proteção do território meio e ambiente na Amazônia. Com a participação de alunos de graduação e pós-graduação de serviço social desenvolve ações de assessoria, formação/capacitação e produção de material pedagógico e acadêmico.

Palavras-Chave: Meio ambiente, Povos Tradicionais, Amazônia

Abstrac: The environment, people and traditional communities program promotes university extension actions aimed at defending the rights of traditional peoples and communities and their relationship with the protection of the environment and environment in the Amazon. With the participation of undergraduate and graduate students of social service develops advisory, training / training and production of educational and academic material.

Keywords: Environment, Traditional Peoples, Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

A região Amazônia está experimentando um acelerado processo de acumulação por espoliação, como definido pelo geógrafo David Harvey (2014), o que tem provocado a mercantilização e inserção da natureza nos modos de produção capitalista e sua conseqüente devastação. A natureza amazônica, o meio ambiente de povos indígenas,

¹ Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

² Professor com Formação em outras áreas. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁶ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁷ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁸ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

⁹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <gayososol@yahoo.com.br>.

quilombolas, ribeirinhos, produtores rurais, extrativistas e da população urbana, está sob constante ataque de empresas de mineração, do agronegócio e de logística, que contam com incentivos governamentais, conforme mostram os estudos do CASTRO (2012), HAZEU (2017), COSTA (2012). Segundo dados do INPE (2016), o desmatamento na região amazônica tem crescido 26 % em 2016, os conflitos socioambientais. O estado do Pará, segundo os dados do mapa de conflitos sociais da Fase, concentra 40% dos conflitos socioambientais da Amazônia (FASE, 2016).

O avanço do capital sobre a Amazônia e seus conflitos inerentes tem mobilizado comunidades e povos tradicionais, além de movimentos sociais do campo e da cidade, na resistência em defesa dos seus direitos socioambientais e territoriais. Enquanto os anos 1990 apresentaram um crescimento de movimentos ambientais e ONGs na região, nas últimas décadas as lutas territoriais dos povos e comunidades tradicionais tem ganhado força como principais agentes de resistência à espoliação da Amazônia e proteção do meio ambiente.

Além dessa mudança no perfil das principais forças de resistência, novas fronteiras de conflitos apareceram, novos campos de mineração, novas frentes do agronegócio e principalmente uma ofensiva em termos de ampliação de infraestrutura logística como portos, estradas — e produção de energia elétrica como hidrelétricas. Como também novas estratégias de resistência como judicialização dos conflitos através de TACs, ações civis públicas, que exigem novas relações de assessoria e extensão universitária.

A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) tem uma longa e importante história de experiências de extensão através de assessoria junto com movimentos sociais do campo e da cidade, numa estreita relação com as atividades de ensino e pesquisa. Esse programa de extensão se localiza dentro desta história e tradição, dando continuidade e adaptando-se à conjuntura atual e novas demandas que a realidade social apresenta através dos movimentos sociais.

1. Serviço Social e extensão universitária: a experiência do Programa de Extensão Meio Ambiente, Povos e Comunidades Tradicionais - PMAPCT

Kátia Marro (2011, p. 320) defende, no seu artigo Serviço social e movimentos sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária, que,

[...] o trabalho profissional articulado aos movimentos sociais deve assumir o desafio da incorporação, na nossa formação universitária e nos diversos âmbitos de atuação profissional, das demandas e reivindicações das classes subalternas nos seus processos de organização, significando a possibilidade de criação de novos espaços de intervenção. Assinalamos que essas estratégias constituem uma possibilidade real de criação de novas bases de legitimidade da profissão junto aos grupos

subalternos, afirmando outras relações pedagógicas (ABREU, 2002) com os movimentos sociais que possam reforçar sua auto-organização.

É dentro dessa compreensão que a opção política-pedagógica do programa foca agentes sociais identificados como subalternos no contexto amazônico, reivindicando voz, direitos sociais e existência, como povos e comunidades tradicionais e trabalhadores inseridos nas fronteiras da acumulação capitalista (MARTINS, 1997).

As competências específicas dos/as assistentes sociais, segundo CFESS (2011, p. 22) abrangem diversas dimensões interventivas, entre eles uma “dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular”, tal perspectiva “tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal”.

A extensão voltada às comunidades e povos movimentos sociais atende a uma missão importante da UFPA (2017), conforme expressa no documento que orienta a elaboração de projetos de extensão quando se refere ao impacto social esperado da extensão,

[...] pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e a ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A equipe do programa de extensão já vinha desenvolvendo atividades de extensão em anos anteriores, o que permitiu estabelecer um vínculo de assessoria com comunidades e movimentos no município de Barcarena (Movimento Barcarena Livre), que apresentaram e formularam demandas de assessoria (formação, apoio na preparação de atividades de planejamento e de articulação, produção de subsídios e outros) e com comunidades e organizações vinculadas à frente de luta contra a construção da Ferrovia Paraense com suas respectivas demandas como cursos de extensão, pareceres, apoio técnico e político.

O programa de extensão se insere nesta realidade a partir de um trabalho com o Movimento Barcarena Livre e comunidades tradicionais em Barcarena (São Lourenço, Conceição, São José e Cupuaçu), com os movimentos e comunidades tradicionais que fazem parte da Frente de Luta Contra a Construção da Ferrovia Paraense, e com a Defensoria Pública do Estado, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Ministério Público Federal, o Observatório do Baixo Tocantins da UFPA e outros grupos de pesquisa e extensão na UFPA.

Segundo Hazeu, Filho Nascimento e Costa (2017), no município de Barcarena a atuação das empresas nacionais e multinacionais tem provocado desastres ambientais e sociais a longo dos 37 anos de implantação do complexo industrial. Para se ter uma amostra do problema sobre os desastres ambientais, como aquele ocorrido em Mariana/MG em novembro de 2015, nos últimos 16 anos foram identificados 23 desastres em Barcarena/PA, envolvendo naufrágios, derramamento de lama vermelha, caulim, óleo, soja, contaminações da água, terra e ar, entre tantos outros. Todos trazendo consequências gravíssimas para a saúde dos habitantes do município, causando danos na maioria das vezes irreversíveis e definitivos na vida das pessoas e no meio ambiente. A instalação do complexo industrial, também já provocou, segundo Hazeu (2015), o deslocamento compulsório de cerca de 2.582 famílias (ou 10 mil pessoas).

De um lado, os principais atingidos são comunidades tradicionais que mantêm uma relação direta com a natureza e sofrem com a poluição e contaminação dos rios, infertilidade dos solos e a poluição do ar. Por outro lado, os trabalhadores vinculados ao complexo industrial mineral também sofrem as consequências da terceirização, realização e exposição longa às atividades laborais perigosas à saúde humana.

Nesse contexto, de sofrimento humano e desestruturação da vida social causada pelos desastres socioambientais e laborais, que provocam efeitos na reprodução social das famílias e nas suas formas de organização social, a resistência, construída no cotidiano e tonada pública em momentos decisivos ao enfrentamento do capital, se mostrou forte e importante para manutenção dos modos de vida e da proteção dos trabalhadores.

Barcarena Livre é um movimento que nasceu em 2016 durante a organização de dois seminários sobre desastres da mineração, em Belém e em Barcarena. Várias lideranças comunitárias, representantes sindicais e moradores participaram da realização destes seminários e decidiram juntar-se com a UFPA e atuar coletivamente contra a poluição, desastres ambientais, violação de direitos territoriais e políticas excludentes. O grupo entendeu que a sua atuação, além das ações de cada grupo específico, perpassa a produção de contrainformações, formação e capacitação, mobilização e participação nos processos de decisão.

Barcarena Livre luta contra expropriações e deslocamentos forçados e pela permanência na terra e território, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e dos novos moradores. Atua no combate à poluição e em defesa da natureza (rios, ar, terra, floresta, fauna), além de apoiar atividades sustentáveis de trabalho e renda local. Desde a sua criação a faculdade de Serviço Social tem contribuindo com o fortalecimento desse movimento, do qual fazem parte quatro comunidades quilombolas com quem se estabeleceu pautas da assessoria particulares.

São os quilombolas indígenas (assim se definem) dos sítios São João, Conceição, Cupuaçu e Gebrié de São Lourenço que retornaram às terras às margens do rio Murucupi na década de 2010. Esse movimento conseguiu garantir em 2016 a Certificação da Fundação Palmares para todas estas comunidades, que enfrentam ainda muitos desafios, desde a sua coesão e organização interna a fim de garantir a afirmação legal de todos seus direitos e resistir às constantes ameaças de invasão de seus territórios.

O governo do Pará decidiu, à revelia dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades tradicionais, efetivar a construção da Ferrovia Paraense, um empreendimento que cortará o estado de norte a sul – desde Santana do Araguaia a Barcarena – em cerca de 1.312 km, tudo para favorecer o agronegócio e as transnacionais da mineração no seu intento de atender as demandas dos grandes mercados da Europa, Estados Unidos, China e Japão, entre outros. Ocorre que essa ferrovia se soma a um conjunto de outros empreendimentos que, associados, acelerarão o processo de destruição da Amazônia e o empobrecimento das populações locais. Norsk Hydro, Glencore, Siemens, Cargil, Russian Highways, VLI Multimodal S.A., Ecovias, Camargo Corrêa, Construção Engenharia, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e Vale são algumas empresas que negociam participação no empreendimento. Além disso, empresários italianos, chineses, russos, coreanos e japoneses também têm participado das audiências públicas que tratam da licitação.

Comunidades tradicionais que se situam ao longo do trajeto previsto da Ferrovia, junto com movimentos sociais, como os atingidos por Mineração e Cáritas e órgãos públicos como a Defensoria Pública Estadual e a UFPa, através da Faculdade de Serviço Social constituíram a Frente de Luta Contra a Construção da Ferrovia Paraense, segundo campo de extensão desse programa.

Em torno da temática e experiências do programa de extensão e dos projetos de pesquisa dos pesquisadores e estudantes que participaram do programa se constituiu o Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (Gesterra) que planejou, junto com as comunidades e organizações suas atividades para o biênio 2017 e 2018, resultando no programa de extensão aqui apresentado, que parte do princípio de que as transformações sociais desejadas na sociedade em direção a justiça ambiental dependem de junção de forças dos diferentes agentes sociais, na qual cada um assume papéis a partir de sua posição e competências neste campo.

Nesse sentido, a equipe do Programa Meio Ambiente, povos e comunidades tradicionais, através das atividades previstas, se propõe em fortalecer as estratégias de defesa dos seus direitos socioterritoriais e do meio ambiente praticadas por povos e comunidades tradicionais na Amazônia.

O programa visa promover ações de extensão universitária em relação a defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais e sua relação com a proteção do território meio e ambiente na Amazônia, tendo como linhas de ação assessorar comunidades tradicionais e movimentos sociais, promover formação e capacitação tanto junto com as comunidades tradicionais e movimentos sociais, quanto com a comunidade acadêmica e produzir material pedagógico e acadêmico.

O programa mantém vínculo com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social com um de seus fundamentos norteadores, qual seja, a “dimensão investigativa e interventiva como elementos fundantes da formação profissional, como eixo central da relação entre a teoria e a realidade – em seus aspectos singulares, particulares e gerais”, assim como, contribui à aquisição das competências e habilidades pelos alunos do curso, quais sejam: “assessoria e apoio aos movimentos sociais relacionados às políticas sociais no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais; elaboração, coordenação e supervisão de trabalhos e experiências de educação social em diferentes áreas – preservação ambiental, ações básicas de saúde, atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco, comportamento no trânsito, entre outras; ter domínio de métodos e técnicas de trabalho com indivíduos e grupos que tenha como objetivo o desenvolvimento interpessoal e intergrupar através da aplicação de técnicas que abordem sua gênese e dinâmica”.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é viabilizada por meio da oferta de estágio supervisionado, da pesquisa e da realização da assessoria, realização de cursos e produção de material pedagógico e acadêmico, assim como dos conteúdos programáticos a serem trabalhados nas atividades de formação, que também poderão subsidiar a produção de artigos e trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses dos alunos dos cursos de Serviço Social, Geografia, Direito, dentre outros. Tais conteúdos constituem-se também como um elemento fundamental para a execução em projetos de pesquisa a serem desenvolvidos por docentes das instituições de ensino envolvidas no projeto, viabilizando-se assim o compromisso da universidade pública com a produção de conhecimentos aplicados a vida social. É necessário destacar o caráter interdisciplinar que buscará promover a interação entre os saberes produzidos na academia e dos agentes sociais na aplicabilidade dos direitos humanos.

As ações desenvolvidas nesses últimos cinco anos nos programas de extensão coordenados e executados pelos professores responsáveis por este novo programa de extensão, possibilitaram introduzir a discussão e reflexão sobre as temáticas povos e comunidades tradicionais e meio ambiente/conflitos socioambientais no curso de Serviço Social, despertando o interesse de alunos da graduação e pós-graduação e de outros professores/pesquisadores pertencentes a UFPA e de outras instituições de ensino superior.

Nesse sentido, o Programa de Extensão Universitária Meio Ambiente, Povos e Comunidades Tradicionais (PMAPCT) se apresenta como uma estratégia pedagógica para qualificação e consolidação das reflexões teórico/metodológicas sobre a questão ambiental, conflitos socioambientais e povos e comunidades tradicionais no curso de graduação e pós-graduação em Serviço Social. Assim como, possibilita consolidar a rede de relações sociais constituída a partir das experiências de extensão nos anos de 2016 e 2017, redirecionando-as para os esforços de formação de membros de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, cujas terras são aquelas consideradas, no momento atual, as mais preservadas na região amazônica. Dessa forma, qualificando a formação dos alunos do curso de serviço social e ampliando a rede de pesquisadores envolvidos com essas temáticas e com a assessoria e apoio aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

1.2 Metodologia e execução das ações no PMAPCT

Partimos do princípio de que os chamados problemas ambientais ou os conflitos socioambientais não podem ser tratados como uma questão sem sujeitos, e que a identificação dos sujeitos remete às identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, quais sejam, no presente caso, os povos e comunidades tradicionais. Os componentes dessas identidades coletivas têm na consciência ambiental um instrumento de preservação da natureza e um elemento de mobilização, reforçando laços de solidariedade em comunidades que se veem ameaçadas por grandes projetos de infraestrutura e por grandes empreendimentos, os quais implantam florestas homogêneas ou destroem as reservas florestais com pastagens, atividades madeireiras, mineradoras e monocultivos agrícolas de caráter predatório.

A metodologia desse programa de extensão tem como eixo central a assessoria a movimentos sociais, uma das competências atribuídas a(o) Assistente Social formulado pelo CFESS, “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei n. 8.662/1993). Dentro de uma tradição nos programas de extensão dos cursos de Serviço Social, analisada por Kátia Marro (2011), atuando dentro de um conjunto de atividades que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas, são elas,

1. apoio à mobilização popular e articulação de diversos sujeitos em luta;
2. qualificação da participação política na elaboração, implementação e controle da política pública;
3. assessoria política e técnica a movimentos sociais;
4. formação teórico-política e cidadã para o fortalecimento da organização popular e constituição de sujeitos coletivos;
5. desenvolvimento de estudos socioeconômicos (inclusive em articulação interdisciplinar com outras profissões) com o objetivo de potencializar os processos de

auto-organização dos grupos subalternos em torno das suas condições de vida e de trabalho, assim como nutrir suas reivindicações para a implementação de possíveis intervenções do poder público;

6. qualificação e politização dos debates (através de palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns) acerca dos modos privilegiados de enfrentamento das manifestações ligadas à “questão social”, envolvendo técnicos, profissionais, gestores e ainda dando visibilidade aos sujeitos subalternos para que no seu enfrentamento acionem traços de luta e resistência;

7. orientações, encaminhamentos e atendimentos que busquem potencializar a apropriação por parte desses grupos dos procedimentos institucionais e dos serviços que constituem direitos sociais de cidadania.

Compreende-se por assessoria o: “[...] acompanhar processos de trabalho da organização e / ou de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas no projeto pretendido. Deve contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento” (CRESS 10ª Região, 1999, p. 68).

O recorte geográfico das atividades do programa é demarcado pela atuação do Movimento Barcarena Livre (município de Barcarena), a Frente de Luta Contra a Construção da Ferrovia Paraense (os municípios ao longo do trajeto planejado) e a Universidade Federal do Pará (Belém e Abaetetuba). Além das articulações e parcerias com as comunidades tradicionais e movimentos sociais, foram firmadas parcerias com dois grupos de pesquisa na UFPA, a Defensoria Pública do Estado, Ministério Público Estadual e Federal e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

Para operacionalizar os objetivos do programa o programa é dividido em quatro linhas de ação correspondentes.

a) Assessorias a comunidades tradicionais e movimentos sociais. Assessorias são entendidas como acima discutidas, com as seguintes particularidades: assessorar atividades de planejamento e estudo dentro de um calendário preestabelecido, respeitando a dinâmica interna e conjuntural das comunidades e movimentos. Essas atividades serão realizadas nos territórios dos mesmos, incluindo estudantes e professores na sua execução, podendo convidar outros profissionais para dar apoio.

Uma segunda ação no eixo assessoria volta-se para a produção de boletins informativos sobre conflitos socioambientais. A produção se realizará dentro de uma metodologia participativa, na qual tanto os temas, o conteúdo, a coleta de informações, a produção e socialização serão realizados de forma coletiva, através de oficinas e estudos. A publicação pode ser online e/ou impressa, dependendo dos recursos mobilizados em decorrer do programa.

Uma terceira ação seria a elaboração de pareceres técnicos em relação a documentos oficiais relacionados a conflitos socioambientais que atingem as comunidades tradicionais. A elaboração de pareceres técnicos se fundamenta numa metodologia diferente, na qual pesquisadores do programa de extensão e outros pesquisadores

convidados elaboram pareceres em relação a documentos oficiais (Estudos ou Relatórios de Impacto Ambiental; Termos de Ajuste de Conduta; Ações civis públicas; planos de políticas públicas e outros) a partir das expertises acumuladas e reunidas.

b) Formação e com a comunidade acadêmica, comunidades tradicionais e movimentos sociais voltada às temáticas do meio ambiente e dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

A concepção de formação nessa linha de ação se enquadra na ideia de assessorias, mas ganha um destaque neste programa de extensão pela duplicidade de “formação recíproca”, entre academia e movimentos sociais. Compreende-se a formação como processo de aprendizagem e construção de conhecimento coletivo, na qual a universidade entra com conhecimentos e métodos acadêmicos e as comunidades e movimentos com seus saberes e conhecimentos tradicionais e suas práticas sociais, visando o desenvolvimento de novos saberes, habilidades e técnicas. Um projeto de formação contínua no estabelecimento pode reforçar uma cultura de cooperação entre os participantes e a produção de novos conhecimentos.

Direciona-se a formação para a oferta de cursos sobre legislação, direitos territoriais e tradicionais. No campo dos conflitos socioambientais há uma permanente disputa jurídica e legislativa, que precisa de estudos e formações para que tanto as comunidades e movimentos, quanto os acadêmicos se apropriam deles e desenvolvem saberes e estratégias a partir deles. Cursos de curta duração com participação de representantes de comunidades e movimentos, acadêmicos e operadores de direito possibilitam a produção deste conhecimento e habilidades estratégicas. Os cursos podem tanto ser realizados na UFPA quanto nas comunidades.

Outra atividade volta-se para organização de seminários sobre a temática ambiental, povos e comunidades tradicionais. Os seminários possibilitam uma maior socialização e troca de conhecimentos do que cursos. O conteúdo é menos extenso, mas a participação e contribuições são mais amplas. Seminários ainda representam instrumentos de mobilização e servem como atos políticos, além de possibilitar os “diálogos de saberes” entre os participantes.

c) Formação dos discentes de cursos de graduação e pós-graduação da UFPA

A formação profissional de assistentes sociais visa estimular um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade (KOIKE, 2009). Nesse sentido, o programa de extensão visa contribuir com esta formação, a partir dos seguintes atividades dentro da relação com as comunidades tradicionais e movimentos sociais e suas realidades concretas:

estágio supervisionado obrigatório em serviço social; grupo de estudos sobre a temática Sociedade, Território e Resistência na Amazônia; oferta da disciplina “Natureza, Território e no curso da Pós-Graduação de Serviço Social; oferta de vagas de estágio extensionista; e envolver alunos de pós-graduação nas atividades de pesquisa desenvolvidas no programa.

d) Produzir material pedagógico e científico relacionados a temática socioambiental

A produção e socialização de material pedagógico e científico contribui diretamente nos processos de assessoria, mobilização e formação, sendo tanto materializações quanto subsídios para estes processos. Nesse sentido trabalha-se a pesquisa e extensão de forma conjunta sendo necessárias para a produção de artigos científicos para apresentação em eventos científicos e eventualmente posterior publicação em periódicos; produção de trabalhos de conclusão de cursos (TCCs), dissertações de mestrado e tese de doutorado.

Considerações finais

Nesses anos de execução do programa de extensão, voltado ao trabalho com movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, temos vivenciado alguns desafios: i) da renovação da articulação e efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão numa realidade adversa de poucos recursos e de perseguição às universidades; ii) de conseguir a carga horária para a execução das atividades numa realidade de intensificação do trabalho docente e das exigências de produção.

As atividades de formação direcionadas aos alunos da graduação, como a oferta de turmas de estágio, tem contribuído para uma formação profissional mais comprometida dos alunos vinculados ao curso de serviço social. Uma ação importante adotada no programa é o envolvimento dos alunos da pós-graduação nas atividades da extensão, especialmente na articulação das pesquisas com as demandas apontadas pelos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais de maneira a produzir subsídios à luta na defesa dos direitos.

Entendemos ainda, que o PMAPCT vem possibilitando a inserção e reflexão sistemática no curso de serviço social da UFPA da temática do meio ambiente e povos tradicionais, qualificando a formação dos futuros profissionais para atuação na região Amazônica.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RELUME, 2004. p.12-29.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. das N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-209.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1. Maio, p. 9-32, 2004.

BRÜSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em la World Wide Web: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 22 out. 2011.

CASTRO, E., MONTEIRO, R., ; CASTRO, C.P. **Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia**. Banco Mundial. 2002.

CASTRO, Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Cad. CRH* [online]. 2012, vol.25, n.64

CASTRO, E., MONTEIRO, R. Setor madeireiro, dinâmica de atores e política florestal. In **Zoneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém): gestão territorial**. Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. v. 1, p. 168-200. (Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia).

CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2011

CRESS. **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região – Gestão 1999/2002, Porto Alegre, 238 p

COHENCA, D. **A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004**. 23 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais) Universidade Federal de Lavras, Santarém, 2005.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

HAZEU, M.; FIALHO NASCIMENTO, N.; COSTA, S. Luta social de comunidades tradicionais e trabalhadores em Barcarena (PA). **Anais...** 5º Encontro Internacional de Política Social; 12º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, 5 a 8 de junho de 2017

HAZEU, Marcel. **O Não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 327 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – NAEA/UFPa, 2015

INPE. Desmatamento na Amazônia legal. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2017/08/inpe-desmatamento-na-amazonia-legal-aumentou-27-em-2016/>, aceso em 10 Jan. 2018

KOIKE, M.M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2011

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos ambientais norte-sul: agrocombustíveis para quem? In ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. p. 257-309.

LAURENCE, W.F.; ALBERNAZ, A. K. M.; COSTA, C. da. O desmatamento está se Acelerando na Amazônia Brasileira? **Biota neotropica**.v.2, n.1. Disponível em:<<http://www.biotaneotropica.org.br/v2n1/pt/abstract?article+BN00102012002>>. Acesso em:5 abr. 2012.

LEROY, J. P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro, Vozes-FASE, 1991.

LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio: Relume Dumará, 2004. (com a participação de Beatriz Heredia, Leandro Piquet Carneiro, Sílvia Borges Correia, Myriam Mousinho F. Gomes e Ricardo Rosendo).

_____. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 mar.2009.

MARRO, K.I. Serviço social e movimentos sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. *Temporalis*, V 11, n. 22, 2011.

MARTINS, J.S. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

UFPa. **Diretrizes para elaboração de projetos de extensão**. Belém: UFPa, 2017.